

INVESTIMENTOS E PRESENÇA MILITAR DA CHINA NA ÁFRICA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA NOVA ROTA DA SEDA

CHINA'S INVESTMENTS AND MILITARY PRESENCE IN AFRICA: CONSIDERATIONS FROM THE NEW SILK ROAD

Renan Holanda Montenegro | renanholandamontenegro@gmail.com | Professor adjunto no Departamento de Relações Internacionais da UERJ. Pós-doutorado e doutorado em Ciência Política pela UFPE e mestrado em Relações Internacionais pela UERJ

Elsa Sousa Krachete | ekrachete@gmail.com | Professora Associada do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e Administração (NPGA)

Recebimento do artigo Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: O presente artigo tenciona investigar o lugar estratégico ocupado pela África nos marcos da política externa chinesa na contemporaneidade. Para tanto, tem o objetivo de analisar as eventuais sobreposições entre as dinâmicas concernentes ao estreitamento dos laços econômicos – em particular, o avanço dos investimentos – e à crescente presença militar chinesa no continente, sobretudo nas cercanias do Mar Vermelho, do Chifre da Somália e da costa banhada pelo Oceano Índico. A região é parte do braço marítimo da Iniciativa Cinturão e Rota, mais conhecida como a Nova Rota da Seda, lançada em 2013. A abordagem metodológica do trabalho lança mão de dados estatísticos primários e secundários, extraídos de fontes como China Global Investment Tracker, Organização das Nações Unidas (ONU) e governo chinês. Especificamente, sete países são priorizados em nossa análise: Egito, Sudão, Sudão do Sul, Djibuti, Eritreia, Etiópia e Quênia. **Palavras-chave:** China; África; Iniciativa Cinturão e Rota; investimentos; segurança.

Abstract: This article intends to investigate the strategic place occupied by Africa in contemporary Chinese foreign policy. To this end, it aims to analyze eventual overlaps between the dynamics concerning the strengthening of economic ties – in particular, the advance of investments – and the growing Chinese military presence on the continent, especially in the vicinity of the Red Sea, the Horn of Somalia and the Indian Ocean coast. The region is part of the maritime route of the Belt and Road Initiative, better known as the New Silk Road, launched in 2013. Our methodological approach makes use of primary and secondary statistical data, extracted from sources such as China Global Investment Tracker, United Nations (UN) and Chinese government. Specifically, seven countries are prioritized in our analysis: Egypt, Sudan, South Sudan, Djibouti, Eritrea, Ethiopia and Kenya. **Keywords:** China; Africa; Belt and Road Initiative; Investments; Security.

1. INTRODUÇÃO

Desde 1956, quando a República Popular da China (RPC) estabeleceu relações diplomáticas com o primeiro país africano, o Egito, a interlocução com o continente evoluiu consideravelmente, tangenciando as mais variadas frentes de contato, entre as quais: comércio, investimento, diplomacia, cultura, segurança, etc. Duas dessas frentes de contato são colocadas em perspectiva pelo presente artigo, que tenciona investigar o lugar estratégico ocupado pela África nos marcos da política externa chinesa na contemporaneidade. Em suma, buscamos analisar as eventuais sobreposições entre as dinâmicas concernentes, por um lado, ao estreitamento dos laços econômicos – em particular, o avanço dos investimentos – e, por outro, à crescente presença militar chinesa na região, especialmente a partir do lançamento da Iniciativa Cinturão e Rota, mais conhecida como a Nova Rota da Seda, em 2013.

Composta de um Cinturão Econômico terrestre que conecta a Eurásia através de diferentes modais de infraestrutura e uma Rota Marítima que abrange boa parte do Oceano Índico, a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) é tida por muitos como o principal elemento da projeção internacional chinesa no século XXI¹. Nesse diapasão, o continente africano desempenha um papel fundamental. Longe de exaurir o assunto, o artigo orienta a ribalta na direção de alguns Estados estrategicamente localizados na costa oriental da África, no litoral do Mar Vermelho e na vizinhança imediatamente próxima. Especificamente, sete países são priorizados em nossa análise: Egito, Sudão, Sudão do Sul, Djibuti, Eritreia, Etiópia e Quênia.

¹Robert Kaplan predicts that the new Silk Road will propel China's return to dominance. Tom Miller also paints a picture of a future world in which global power shifts from Anglo-Saxon capitals to Beijing. In Central, South, and Southeast Asia, strategic observers have been concerned about China's expansion at the expense of the existing order. From a regional perspective, Nadege Rolland examines the BRI's political and strategic implications in Eurasia. China specialist Elizabeth Economy describes the BRI as a 'significant projection of power' in China's ongoing 'Third Revolution.' Even China itself has been unusually outspoken in promoting the BRI as a global vision, as it never did with any preceding foreign policy" (YE, 2020, pp. 115-116).

A abordagem metodológica repousa na utilização de dados estatísticos descritivos. Quanto aos investimentos, utilizamos os dados do conjunto mantido pelo China Global Investment Tracker (2022). No tocante à questão militar, lançamos mão de informações publicadas pelo Departamento de Peacekeeping da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo próprio governo chinês, bem como de outras fontes secundárias.

Parte significativa das pesquisas que precederam este trabalho, julgamos mister salientar, foi realizada durante o pós-doutorado dos autores no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCP-UFPE), sob supervisão do professor Marcos Costa Lima, que nos deixou em junho de 2022. Questões diversas relacionadas à China e suas relações internacionais vinham ocupando a agenda de reflexões do professor ao longo dos últimos anos, algo refletido em muitas das suas últimas publicações em vida. Ademais, o instigante ambiente intelectual da Coordenadoria de Estudos da Ásia (CEÁSIA), por ele liderada, funcionou como um locus privilegiado para a apresentação preliminar dos argumentos aqui elaborados. Há, portanto, um quê de Marcos neste artigo. Os erros e omissões cometidos, obviamente, são de nossa inteira responsabilidade.

Além desta introdução, o texto conta com outras quatro seções. A seguir, apresentamos uma breve síntese da evolução das relações sino-africanas. Depois, o trabalho se debruça nos dados de investimentos chineses em países localizados ao longo do traçado da Nova Rota da Seda Marítima – e nas suas cercanias. Na sequência, trazemos uma discussão sobre a crescente presença militar da China na região. Por fim, alguns comentários à guisa de conclusão são elaborados.

2. BREVE HISTÓRICO

O continente africano teve, historicamente, um lugar de destaque na estratégia internacional da RPC. Há diversas evidências nesse sentido já nos anos que se seguiram à fundação oficial do país, em decorrência da Revolução de 1949. Logo em 1955, na Conferência de Bandung, que reuniu líderes do mundo afro-asiático, é posta adiante uma retórica de solidariedade anticolonialista e anti-imperialista. No final de 1963 e início de 1964, o conhecido tour diplomático do premier Zhou Enlai pelo continente – quando visita dez países² e insere o eixo sino-africano nos marcos da coexistência pacífica³ – não deixa margem para dúvidas quanto à centralidade atribuída por Pequim a esse relacionamento.

Entre o final da década de 1960 e início da de 1970, a China forneceu grande volume de ajuda externa aos países do continente, em especial através de investimentos na área de infraestrutura, com a construção de hospitais, estádios e aeroportos. De acordo com Li Anshan (2007), para além de meras obras de engenharia, muitas dessas construções representavam “símbolos nacionais de independência”. Por exemplo, um empreendimento importante foi a ferrovia Tanzânia-Zâmbia (TAZARA), construída entre 1970 e 1975, a primeira conexão nesse modal entre os dois países.

O processo de abertura econômica iniciado no final da década de 1970 e aprofundado no decorrer dos anos 1980 caracterizou-se por uma transição do caráter ideológico do período pós-revolucionário para uma aproximação de corte mais pragmático e diversificado com o continente. Pouco a pouco, ampliou-se a quantidade de temas tangenciados pelo relacionamento sino-africano e houve uma maior complexificação dos esquemas institucionais em que esse eixo opera, além do aumento do número de atores envolvidos de lado a lado. Explica-se. Nos anos 1990, enquanto o mundo vislumbrava o crepúsculo da bipolaridade característica da Guerra Fria, mudanças decisivas também ocorriam no interior da China. Por um lado, consolidava-se uma trajetória de crescimento sem precedentes, com médias de 9,3% e 11,1% nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente, abrindo margem para ambições internacionais mais robustas. Por outro, ficava patente a necessidade de assegurar as matérias-primas vitais para a sustentação da modernização acelerada pela qual passava o país. Uma dessas matérias-primas, o petróleo, desempenhou papel fundamental no estreitamento recente das relações entre China e África, haja vista que a RPC perdeu a autossuficiência em 1993, tornando-se importadora líquida.

A iniciativa de internacionalizar o capital chinês (Going Global ou Go Out Policy), portanto, foi um corolário natural da acumulação doméstica, como também um esforço no sentido de garantir suprimentos essenciais à continuação do processo. Nesse contexto, uma das primeiras empreitadas internacionais da China National Petroleum Corporation (CNPC), gigante estatal petrolífera da China, aconteceu no

² Egito, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália.

³ Os Cinco Princípios são: respeito mútuo acerca da soberania e integridade territorial; não-agressão mútua; não-interferência nos assuntos internos; igualdade ou benefício mútuo; e coexistência pacífica.

Sudão, em 1995. No fito de contribuir para as operações da empresa no país, o ExIm Bank chinês, criado no ano anterior, desembolsou o primeiro empréstimo concessional da sua história. A primeira refinaria sudanesa, na capital Cartum, também contou com o suporte dos chineses, tanto na garantia do financiamento como na execução do serviço.

Os números expõem o adensamento da parceria sino-africana. No século XXI, o comércio aumentou constantemente no decorrer de duas décadas, muito embora a queda nos preços das commodities desde 2014 tenha impactado o valor das exportações africanas para a China. O pico no fluxo total chegou à casa dos US\$ 200 bilhões em 2015. Devido à interrupção da cadeia de suprimentos ocasionada pela pandemia da COVID-19, esse valor em 2020 foi de US\$ 176 bilhões, abaixo dos US\$ 192 bilhões do ano anterior.

Cenário similar também se observa na seara do investimento. Os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) da China para o continente passaram de US\$ 75 milhões em 2003 para US\$ 4,2 bilhões em 2020, um impressionante aumento de mais de 5.000% em menos de duas décadas. O pico foi registrado em 2008 (US\$ 5,5 bilhões), basicamente devido à compra de 20% das ações do Standard Bank of South Africa pelo Banco Industrial e Comercial da China (ICBC)⁴.

Além disso, o marco institucional do relacionamento sino-africano já conta, há mais de 20 anos, com um espaço fundamental de concertação. Trata-se do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), criado em 2000. De três em três anos, alternando entre Pequim e alguma cidade africana, chefes de Estado e governo da China e das mais de 50 nações da África se encontram em Conferências Ministeriais para tratar de assuntos de interesse. Temas como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, perdão de dívidas, isenção tarifária, empréstimos preferenciais, cooperação acadêmica e cultural etc., estão entre os tópicos abordados nas reuniões do Fórum de Cooperação.

Por exemplo, a construção da nova sede da União Africana (UA), na capital da Etiópia, Adis Abeba, foi acertada na III Conferência Ministerial, realizada em Pequim. O edifício, inaugurado em 2012, teve o custo de US\$ 200 milhões e foi erguido pelos chineses (BBC, 2012). Mais recentemente, em 2020, o presidente Xi Jinping anunciou que a China também vai construir o prédio do Centro para a Prevenção e Controle de Doenças da União Africana na mesma Adis Abeba (RTP, 2020). Com a paulatina operacionalização do projeto da Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), cuja Rota Marítima margeia a costa oriental africana e adentra o Mar Vermelho em direção ao Mediterrâneo, é de se esperar que a aproximação sino-africana se robusteça ainda mais no decorrer deste século.

3. INVESTIMENTOS EM PAÍSES AFRICANOS EM TORNO DA ROTA DA SEDA

Ao tocar a África, o traçado da Belt and Road Initiative (BRI) estabelece relações específicas da região entre o Quênia e o Egito com a China. Esta porção do continente se integra em um ambiente geopolítico e geoeconômico que extrapola antigas relações, baseadas, majoritariamente, na exploração de petróleo e recursos minerais. Se entrelaça em outras esferas das amplas relações estratégicas chinesas de fortalecer laços com países no seu entorno e ocupar o lugar de principal arquiteto da reconstrução do universo eurasiático. A estratégia chinesa de adquirir recursos energéticos em todo o mundo e desenvolver alternativas de corredores de transporte, infraestrutura e energia tem na BRI um exemplo para conectar o mundo à China.

A consecução de tal estratégia envolve recursos financeiros como também políticos. Nessa direção, a China estimulou amplo apoio institucional para melhorar os mecanismos de cooperação política, de segurança e materiais. Diversas estruturas multilaterais e bilaterais foram mobilizadas para fortalecer a comunicação com países relevantes para a BRI: Organização para Cooperação de Xangai (SCO); ASEAN Plus China (10 + 1); Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC); Reunião Ásia-Europa (ASEM); Diálogo de Cooperação na Ásia (ACD); Conferência sobre Interação e Medidas de Fortalecimento da Confiança na Ásia (CICA); Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF); Diálogo Estratégico China-Conselho de Cooperação do Golfo (QIN, 2019).

Em 2017, o Belt and Road Forum for International Cooperation atualizou o sentido da cooperação entre os países participantes, quando o presidente chinês anunciou: o incremento de 100 bilhões de yuans complementares para o Fundo da Rota da Seda; 250 bilhões de yuans em empréstimos do Banco de Desenvolvimento da China; 130 bilhões de yuans em empréstimos do Banco de Exportação e

⁴Dados compilados pelo China-Africa Research Initiative, da Universidade Johns Hopkins. Disponíveis no seguinte endereço: <<http://www.sais-cari.org>>.

Importação da China. Anunciou, ainda, 60 bilhões de yuans em ajuda aos países em desenvolvimento e instituições internacionais em novos países integrantes da Rota da Seda (URIO, 2019, p. 258).

O Banco de Desenvolvimento da China e o Banco de Exportação e Importação da China, assim como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Banco dos Brics (New Development Bank), também desenvolveram linhas de créditos voltadas para financiamentos nessa direção (QIN, 2019).

O traçado original da Nova Rota da Seda definiu cinco rotas para o projeto: três correspondem ao Cinturão Terrestre (Silk Road Economic Belt) e duas à Rota Marítima (21st Century Maritime Silk Road). No Cinturão Terrestre, a primeira rota vai do Noroeste e Nordeste da China para a Europa e o Mar Báltico através da Ásia Central e Rússia; a segunda vai do Noroeste da China ao Golfo Pérsico e ao Mar Mediterrâneo, passando pela Ásia Central e Ásia Ocidental; e a terceira, do Sudoeste da China através do Península da Indochina ao Oceano Índico. A Rota Marítima tem seu ponto inicial na costa da China, atravessa o Mar da China Meridional, passa pelo Estreito de Malaca e atinge o Oceano Índico, seguindo até a Europa; e a segunda começa nos portos costeiros da China, cruza o Mar do Sul da China e estende-se ao sul do Pacífico (URIO, 2019). É na Rota Marítima que a BRI encontra o continente africano.

Os países africanos no entorno da BRI – Egito, Djibuti, Eritreia, Sudão, Sudão do Sul Etiópia e Quênia –, a partir de dados sobre projetos de investimentos e construção organizados pelo China Global Investment Tracker, veem a entrada de recursos ser intensificada a partir do início de implementação da Iniciativa. Do total de US\$ 81.710 bilhões de recursos chineses que chegaram à região entre 2005 e 2022, 66% correspondem a projetos implementados a partir de 2013, ano do anúncio da construção da BRI.

A Tabela 1 revela que, dentre os países situados no entorno da Nova Rota da Seda, o Egito, a Etiópia e o Quênia receberam 83% do total dos recursos que entraram na região no período. Ao Egito e à Etiópia, a cada um corresponde 31%, e ao Quênia, 21%. A entrada de recursos no Sudão e no Sudão do Sul soma 14% do total. A Eritreia e o Djibuti, correspondem 1% e 3%, respectivamente. Na região, apenas a Somália não registrou entrada de recursos chineses no período.

A distribuição dos valores é concentrada na infraestrutura, correspondendo a 77% do total dos recursos chineses na região. Em termos setoriais, 33% correspondem a energia, 30% a transporte e 14% a obras públicas.

Tabela 1. Investimentos da China em países africanos no entorno da Nova Rota da Seda, 2005-2022 (US\$ bilhões)

País	Agric.	Energia	Logist.	Obras			Transporte	Outros	Total	%
				púb.	Quím.	Tecnol.				
EGI	400	9.300	650	7.690	1.690	0	2.510	2.550	24.790	31
SUD	1.270	2.790	100	110	0	0	2.470	0	6.740	8
S.SUL	100	1.780	0	0	0	0	2470	220	4.570	6
ERI	0	100	0	0	0	0	400	0	500	1
DJI	0	0	370	0	0	0	2.230	0	2.600	3
ETI	2.300	7.420	110	2.140	700	3.200	7.190	1.840	24.900	31
QUE	0	5.500	0	1.060	0	170	7.320	2.560	16.610	21
Total	4.070	26.890	1.230	11.000	2.390	3.370	24.590	7.170	80.710	100
%	5	33	2	14	3	4	30	9	100	100

Fonte: China Global Investment Tracker (2022)

O Quênia, maior economia da África Oriental, ganha relevância na atração de capital chinês a partir da sua definição como ponto

nodal da BRI, que lhe reserva papel no espraiamento dos investimentos da RPC em direção ao interior do continente. A partir do tradicional porto de Mombasa e do recém-construído, com capital chinês, porto de Lamu, o país se torna importante receptor de produtos importados da China e entreposto de produtos com destino ao mercado chinês. O planejado para o porto construído com capital chinês é que ele integre o corredor de transporte Porto de Lamu-Sudão do Sul-Etiópia (MERWE, 2019).

A infraestrutura portuária, dessa forma, articularia o Sudão do Sul, país no qual a China mantém investimentos no setor de petróleo, e a Etiópia, com diversificada produção agropecuária destinada aos mercados externos, à China especialmente. De acordo com os dados revelados na Tabela 1, correspondem ao Quênia e à Etiópia, US\$ 14.510 bilhões, representando 59% do total dos recursos chineses aplicados no setor de transporte. A recepção de capital chinês pela Etiópia também está associada à construção da ferrovia Etiópia-Djibuti, ligando a capital Adis-Abeba ao porto do Djibuti, que permite o acesso ao Mar Vermelho, constituindo logística moderna que conecta áreas de produção e de distribuição. Segundo Merwe (2019), os portos do Quênia podem ainda sediar bases de segurança na instável região do Chifre da África.

O governo da Etiópia, nas últimas décadas, promoveu políticas de desenvolvimento industrial que envolveram oferta de créditos orientados, proteção do mercado interno e modernização institucional, contribuindo para diversificar sua produção. No setor industrial, tem destaque a indústria de cimento. Também tem se destacado a construção civil em ascensão, impulsionada por obras públicas. Recentemente, o governo tem se empenhado no incentivo ao beneficiamento de couro de gado. Outro setor importante, desde 2004, é o da floricultura, que tornou o país um dos maiores produtores e exportadores de flores de corte (OQUBAY, 2015). Coube à Etiópia 58% do capital chinês destinado ao setor agrícola, como revelado na Tabela 1.

O Egito, por sua situação geográfica na proximidade do Canal de Suez, passagem necessária desde o Mar Vermelho para alcançar o Mediterrâneo, com amplas possibilidades de mercado, também tem se constituído em importante receptor de capital chinês. O Djibuti, embora tenha recebido apenas 3% dos recursos chineses no período, é estratégico por sua posição geográfica, entre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho, ponto crucial do trajeto marítimo da Nova Rota da Seda. Trata-se do país escolhido pela China para instalar a sua primeira base naval ultramarina. Discutiremos mais a esse respeito na seção seguinte.

A criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) também tem sido estimulada, como meio de diversificar a produção. A implantação de tais Zonas resulta de demandas expressas por governos africanos na edição do FOCAC de 2006. No Egito, foi criada por meio da associação entre a Tianjin Economic-Technological Development Area (Tianjin TEDA) e o China-Africa Development Fund, respectivamente detentores de 60% e 40% do capital. Fica junto ao porto de águas profundas de Sokhna, a 120 km do Cairo e na entrada Sul do Canal do Suez. Em 2015, a Tianjin TEDA contava com 32 manufaturas e 33 empresas de serviços, atuando nos setores têxtil e vestuário, equipamentos de petróleo, aparelhos elétricos de alta/baixa tensão, materiais de construção e química. Mais de 50% da produção têm como destino o mercado externo (ANTÓNIO; MA, 2015).

No Quênia, foi implantada, em 2018, uma ZEE especializada em logística, embalagens, grãos, negócios e finanças, na qual 20 empresas encontravam-se em operação em 2021. Trata-se de uma associação entre a China Merchants Group, Dalian Port Authority e o IZP Group.

Na tentativa de diversificar a produção interna, foi criada na Etiópia, em 2007, com investimento chinês, a Zona Industrial Oriental (EIZ), para a produção têxtil, de couro, processamento de produtos agrícolas, metalurgia, materiais de construção e o setor eletromecânico. Neste empreendimento, estão em operação 118 empresas chinesas. As empresas que exportam mais de 80% da sua produção recebem incentivos via alargamento do prazo de isenção de impostos (ANTÓNIO; MA, 2015).

4. PRESENÇA MILITAR

O incremento da atuação econômica da China na África tem sido acompanhado por acontecimentos inéditos no campo da segurança, que atestam a ampliação das relações sino-africanas ao, também, incorporar este aspecto. Pelo menos três conjuntos de

evidências podem ser mencionados: a internacionalização da marinha chinesa; o uso da força em missões de paz das Nações Unidas; a abertura da primeira base militar da China no exterior. Todos esses exemplos parecem demonstrar uma intersecção em potencial entre interesses econômicos e prerrogativas de segurança. Antes de melhor elaborar tal entrelace, vamos aos fatos.

A primeira incursão internacional da Marinha chinesa, uma operação conjunta antipirataria, aconteceu nas proximidades do Chifre da Somália (também chamado de Chifre da África), em 2008. Dois acontecimentos ocorridos nos últimos meses daquele ano precipitaram o ocorrido.

Em 14 de novembro, uma embarcação pesqueira (Tian Yu 8) de propriedade da estatal Tianjin Ocean Fishing Corp, com 25 tripulantes – 17 chineses e oito estrangeiros – foi sequestrada nas águas territoriais do Quênia. A Marinha dos Estados Unidos chegou a divulgar uma foto dos marinheiros sob a mira de piratas fortemente armados (LI, 2008). O fim do cativeiro em alto mar só ocorreu três meses depois (EXPRESS, 2009).

Já no dia 17 de dezembro de 2008, nove piratas tentaram atacar o cargueiro Zhenhua 4 usando lançadores de foguetes improvisados e fuzis AK-47. A tripulação tentou se defender com coquetéis molotov e canhões de água, chegando mesmo a se trancar nos cômodos internos da embarcação, mas foi um helicóptero militar da Malásia que forçou o recuo dos criminosos. Fotos do incidente foram divulgadas pela imprensa chinesa (XINHUA, 2008b). A embarcação era de propriedade da gigante estatal China Communications Construction Company e havia acabado de deixar o Porto do Sudão, nas margens do Mar Vermelho.

Foi em 26 de dezembro daquele ano, então, que a China colocou em operação uma pioneira força-tarefa de escolta (FTE) com fins de combater a pirataria na região do Golfo de Áden – que foi a primeira incursão internacional da marinha chinesa (People's Liberation Army Navy, PLAN). O fluxo de embarcações e os riscos envolvidos naquele entorno são notáveis: um quinto dos 1.265 navios chineses que transitaram por águas somalis foram alvo de pirataria em 2008, e sete foram diretamente atacados (ERICKSON, 2010). A missão lançada um dia após o Natal se encerrou em 28 de abril de 2009, portanto, tendo 124 dias de duração. Nesse intervalo, 212 embarcações, todas chinesas, foram escoltadas.

Desde então, a despeito da diminuição das atividades de piratas na região, não houve recuo da parte da marinha chinesa. Somente entre 2010 e 2016, foram despachadas 20 FTEs, cada uma composta por dois navios de combate e o apoio de um navio de reabastecimento. Mais de 15 mil marinheiros chineses passaram entre 120 e 220 dias em missão durante o período (HENRY, 2016).

Analogamente, as primeiras experiências do Exército Popular de Libertação (EPL) com uso da força em missões de paz das Nações Unidas se deram na África, continente que concentra, de longe, a maior parte dos peacekeepers chineses de capacete azul. Esses movimentos tiveram início primeiro no Sudão do Sul, que recebeu um pequeno pelotão de infantaria no início de 2012 (USCC, 2012). Um ano depois, tropas de combate seguiram para o Mali (HILLE, 2013). Em janeiro de 2015, Pequim declarou que um batalhão completo de infantaria, com 700 soldados, seria deslocado para o Sudão do Sul (UNMISS, 2015).

Entre 1990 e 2019, cerca de 70% de todo o pessoal enviado pela China para operações de manutenção da paz tiveram algum país africano como destino. Para fins de comparação, a contribuição média de pessoal para a África fornecida por todos os membros da ONU (incluindo a China) foi de cerca de 46% no mesmo intervalo (MONTENEGRO, 2021).

Somente para a Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS), a contribuição média da China desde 2011 é de 754 peacekeepers, o que corresponde a 6,4% do contingente total da operação. O Sudão do Sul é, de longe, o país que mais recebeu pessoal chinês nas operações de paz das Nações Unidas. A contribuição para a Missão no Sudão (UNMIS) é a quarta maior, compreendendo uma média de quase 400 peacekeepers entre 2005 e 2011, período em que a China destacou pessoal para a operação, compondo 4,3% do contingente total. Na operação específica na região de Darfur (UNAMID), a média de pessoal chinês deslocado desde 2007 foi de 282, perto de 2% do contingente total. As participações na UNMIS e na UNAMID são, respectivamente, a 4ª e a 6ª maiores da China no regime de peacekeeping da ONU. A Tabela 2 sumariza esses dados.

Tabela 2. Principais destinos do pessoal chinês em missões de paz da ONU (1990-2019)⁵

País	Missão	Contingente total	Pessoal chinês	Tempo de participação
Sudão do Sul	UNMISS (2011-presente)	Min: 5457 (2011) Max: 16761 (2019) Média: 11728,11	Min: 359 (2013-14) Max: 1080 (2019) Média: 754,66 (6,4%)	Jul 2011 – presente
Libéria	UNMIL (2003-2017)	Min: 734 (2017) Max: 16112 (2004) Média: 9403,06	Min: 77 (2004) Max: 729 (2013) Média: 525,2 (5,6%)	Out 2003 – Dez 2017
Camboja	UNTAC (1992-1993)	Min: – Max 18907 (1992) Média: 18907	Min: – Max 448 (1992) Média: 448	Mar 1992 – Set 1993
Sudão	UNMIS (2015-2011)	Min: 4765 (2005) Max: 10416 (2010) Média: 9251,83	Min: 35 (2005) Max: 478 (2010) Média: 398,5 (4,3%)	Abr 2005 – Jul 2011
Mali	MINUSMA (2013-presente)	Min: 6439 (2013) Max: 14572 (2018) Média: 11621	Min: 157 (2013) Max: 426 (2019) Média: 369,43 (3,2%)	Out 2013 – presente
Sudão	UNAMID (2007-presente)	Min: 1629 (2007) Max: 22990 (2011) Média: 15541,77	Min: 3 (2007) Max: 375 (2017) Média: 282,23 (1,8%)	Nov 2007 – presente
RD Congo	MONUSCO (2010-presente)	Min: 15346 (2019) Max: 21198 (2013) Média: 18667,9	Min: 229 (2017) Max: 234 (2010-11; 2013) Média: 231,9 (1,2%)	Jul 2010 – presente
Libano	UNIFIL (1990-presente)	Min: 1989 (2005) Max: 13264 (2007) Média: 7479,73	Min: 0 (1990-2005) Max: 419 (2019) Média: 163,36 (2,2%)	Mar 2006 – presente
RD Congo	MONUC (1999-2010)	Min: 78 (1999) Max: 20509 (2009) Média: 11253,36	Min: 0 (1999-2000) Max: 234 (2007-09) Média: 149,27 (1,3%)	Abr 2001 – Jun 2010

Fonte: Departamento de Operações de Paz da ONU e State Council (2020)

Não à toa, das 16 mortes de peacekeepers chineses em serviço desde 1990, 11 ocorreram na África. Oito dessas ocorrências fatais se deram a partir de 2010, e todas foram no continente, sendo duas no Sudão e quatro no Sudão do Sul (as outras duas foram registradas na Libéria e no Mali). Como mencionado, o Sudão do Sul, sozinho, abriga um batalhão completo de infantaria – o primeiro e até hoje único do tipo em ação fora da China – desde 2015, recebendo cerca de mil peacekeepers chineses em seu território a cada ano⁶. O recém-independente país africano recebe mais de 40% de todos os destacamentos chineses desde 2016. Em termos relativos, o contingente total da UNMISS em 2015 e 2016 chegou a contar com 8% de soldados chineses (MONTENEGRO, 2021).

Tendo em vista a escolha do Sudão do Sul como palco das primeiras experiências envolvendo batalhões de infantaria da China no exterior, pelo menos três pontos devem ser levados em consideração: (i) a grande quantidade de reservas comprovadas de petróleo; (ii) a diversificação e magnitude dos investimentos feitos pela China no setor; (iii) e a pressão internacional para uma atuação mais proativa no país, como explicaremos adiante (LIN-GREENBERG, 2009). O Sudão do Sul seria, portanto, uma espécie de “experimento” no âmbito da política externa chinesa hodierna. É o que aponta um relatório do International Crisis Group (2017):

À medida que os investimentos chineses no exterior e os vínculos comerciais crescem em escopo e profundidade, Pequim enfrenta ameaças crescentes a seus cidadãos, interesses econômicos e reputação internacional. [...] A forma como responde ao longo do tempo terá um impacto profundo no papel internacional de Pequim. O caso mais proeminente parece ser a África e, dentro do continente, o Sudão do Sul, onde as medidas chinesas para proteger seus cidadãos e interesses econômicos, juntamente com seu apoio ao fim da guerra e à busca de objetivos humanitários, parecem um teste calculado para um papel global mais proativo (ICG, 2017, p. i, tradução própria).

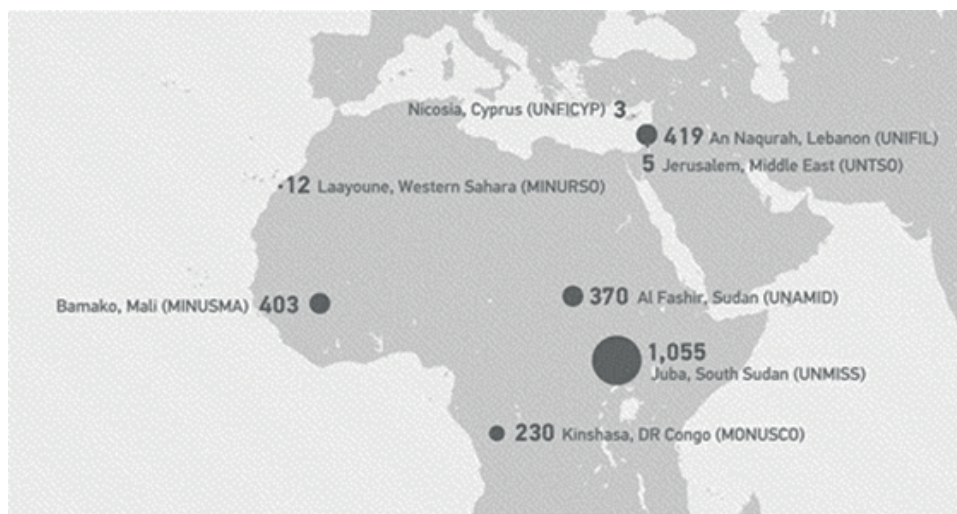
A Figura 1 exhibe as localizações das missões de paz da ONU que contam com tropas chinesas (de combate ou não). Eram oito

⁵ Valores com base nos dados de dezembro de cada ano. No caso da UNTAC, houve apenas uma observação para dezembro, em 1992. O tempo de participação se refere ao intervalo entre 1990 e 2019. Na segunda e na última coluna, missões que aparecem como “presente” são aquelas que estavam em funcionamento e com envolvimento chinês até dezembro de 2019. A UNAMID foi encerrada em 2020.

⁶ A rotação da tropa costuma ocorrer no final de cada ano. Em dezembro de 2021, o oitavo lote começou a substituir o sétimo, que havia sido despachado exatamente um ano antes.

em agosto de 2019. Nota-se, com clareza, a relativa concentração, à exceção do Mali e do Saara Ocidental, na região delimitada para o presente artigo – ou em seus arredores.

Figura 1. Peacekeepers chineses em serviço em missões de paz da ONU (agosto de 2019)



Fonte: <https://news.cgtn.com/news/3d3d414d7863544f34457a6333566d54/index.html>

Ante o exposto, não soou exatamente como surpresa o anúncio feito pela China, em 2016, de que iria inaugurar na África a sua primeira base militar no exterior. O país escolhido foi o Djibuti, localizado no estreito de Bab-el-Mandeb, conexão entre o Mar Vermelho e o Oceano Índico, por onde se estima passar cerca de 20% do comércio global anual (CFR, 2018). Segundo o governo, “[...] dar apoio logístico aos contingentes chineses que participam de várias missões das Nações Unidas na região, principalmente as tropas que fazem parte dos capacetes azuis no Mali e no Sudão do Sul, e as que realizam operações contra a pirataria” são as principais finalidades por trás da instalação dessa base, inaugurada em 2017 (FONTDEGLÒRIA, 2017). Devido à posição geográfica estratégica, Estados Unidos, Reino Unido e França também possuem instalações do tipo no Djibuti.

A presença militar da China naquelas cercanias não é de todo nova se adicionarmos as vendas de armas a essa equação. Um relatório publicado pela RAND Corporation, que registrou todas as vendas de armas por parte da China entre 1980 e 1999, mostra o Egito e o Sudão entre os 23 importadores da indústria bélica chinesa no período. Para o primeiro, foram vendidos 80 jatos F-7 entre 1982 e 1986; 96 mísseis anti-navio HY-2 em 1984; sete navios de assalto (Hainan) em 1983-84; seis navios de assalto (Huangfen) em 1984; três fragatas em 1984-85; e seis submarinos entre 1982 e 1985. Já para o Sudão, a China exportou dois cargueiros Y-8 em 1991 e seis caças J-7 em 1996 (BYMAN; CLIFF, 1999).

De acordo com dados do SIPRI (2022), a China respondeu por 10% de todas as importações de armas do continente africano no intervalo entre 2017 e 2021, ficando atrás dos Estados Unidos (17%) e da Rússia (44%), que lidera este ranking há muito⁷. No período, em comparação com 2012-2016, a queda nessas importações por parte dos países africanos foi de 34%, muito devido à diminuição nas compras feitas por Argélia e Marrocos, principais importadores do continente. A Argélia, aliás, é a terceira maior compradora geral dos chineses, atrás somente do Paquistão e de Bangladesh.

Especificamente na África Subsaariana, os cinco maiores importadores da região em 2017-2021 foram Angola, Nigéria, Etiópia, Mali e Botsuana. Para a Etiópia, onde há relevantes investimentos chineses (vide o descrito na seção anterior), a despeito de a maioria das armas importadas serem de fabricação russa ou ucraniana, a China vendeu vários lançadores de mísseis (SIPRI, 2022). Em 2005, China e Etiópia já haviam firmado um acordo de defesa sobre treinamento conjunto, intercâmbio de tecnologia e peacekeeping. Oficiais etíopes chegaram a realizar treinamento na China (EISENMAN; KURLANTZICK, 2006).

No conflito que se iniciou na região do Tigray no final de 2020, indícios apontavam que as forças do governo também estariam

⁷ Na comparação feita para os intervalos de 2008-12 e 2013-17, as vendas de armas chinesas para a África cresceram 55%, fazendo com o que a participação do país no total de armas importadas pelos africanos saísse de 8,4% para 17% naquele período – a participação dos Estados Unidos foi de 11% (SIPRI, 2018).

usando, além dos equipamentos de artilharia (lançadores modelo AR2, transportados em caminhões 8x8) comprados em 2021, drones fornecidos pela China (ROBLIN, 2021). Em visita oficial a Pequim em abril de 2019, o primeiro-ministro Abiy Ahmed descreveu a China como “o amigo mais confiável e o parceiro mais querido da Etiópia” (MFA, 2019).

4.1. BREVES CONJECTURAS SOBRE O LUGAR DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS

O que tem impulsionado tal incorporação da segurança no escopo do engajamento chinês na África? Pelo menos três fatores podem ser listados.

Em primeiro lugar, tendo em conta o incremento da presença econômica da China no continente, vem crescendo a pressão junto ao governo em Pequim para dar garantias de proteção a cidadãos e ativos econômicos situados em zonas de conflito ou próximos a elas. Em segundo lugar, numa dimensão menos tangível, pode-se enquadrar o envolvimento chinês em questões de segurança na África como um esforço no sentido de se apresentar ao mundo como uma “potência responsável”, disposta a contribuir para a paz e a segurança internacional. Por fim, há também um interesse da parte dos próprios Estados e organizações africanas, sob a liderança da União Africana (UA), em aumentar a cooperação de segurança com os chineses (BENABDALLAH; LARGE, 2019).

Quanto ao primeiro fator listado (a necessidade de proteger cidadãos e ativos econômicos), alguns acontecimentos são ilustrativos. Nota-se, por exemplo, o empenho diplomático da China para que a Resolução 2155 do Conselho de Segurança da ONU mencionasse a necessidade de “proteção das instalações petrolíferas” – o que ocorre em duas passagens do documento – no Sudão do Sul (BROSIG, 2019). Foi somente depois da aprovação de tal Resolução que o envio do batalhão de infantaria foi aprovado pela Comissão Militar Central da RPC.

A pressão para conter perdas na exploração de petróleo é muito saliente. Entre a segunda metade dos anos 1990, início das operações, e 2007, estima-se que a CNPC já havia investido US\$ 7 bilhões no Sudão, àquela altura o terceiro maior produtor (cerca de 470 kb/d) e detentor da terceira maior reserva (6,7 bilhões de barris) de petróleo na África Subsaariana. Com efeito, o Sudão foi responsável por mais de 40% da produção internacional da CNPC entre 2003 e 2007, algo em torno de 7% da produção total da empresa (PATEY, 2014).

Se em 2010 a CNPC conseguia produzir 210 kb/d no Sudão, no ano seguinte esse número caiu para 59 kb/d. No Sudão do Sul, a produção da estatal chinesa foi de 152 kb/d no ano da independência (2011). No final de 2013, com a eclosão da Guerra Civil, caiu para 84 kb/d⁸(IEA, 2014). Nas três primeiras semanas de janeiro de 2014, a produção já havia caído 20% e mais de 300 trabalhadores chineses precisaram ser evacuados.

As incursões da marinha chinesa nas cercanias do Chifre da África também indicam a recente assertividade de Pequim em resguardar interesses no exterior. Dois pontos merecem atenção: (i) a diversificação da atuação das forças-tarefas de escolta; (ii) e a permanência do patrulhamento na região mesmo após a flagrante queda nos registros de ataques piratas.

Quanto ao primeiro ponto, os oficiais da Marinha da China já realizaram a escolta de uma balsa utilizada na evacuação de cidadãos da Líbia e também dos navios encarregados de transportar armas químicas sírias no Mediterrâneo, além de terem contribuído para as buscas do voo 370 da Malaysian Airlines. Isso revela uma ampliação do escopo operacional das forças-tarefas, originalmente destacadas unicamente para fins de ações antipirataria. No que tange ao segundo ponto, é mister salientar que os registros de ataques piratas na região do Golfo de Áden despencaram a partir de 2012. No limite, a continuidade das FTEs denota que a antipirataria deixou de ser o leitmotiv do envolvimento da marinha chinesa naquele entorno.

A segurança das linhas marítimas de comunicação (SLOC) ao redor do Chifre da África é particularmente crítica para os principais interesses econômicos chineses, em especial por conta do fluxo de recursos energéticos e outros insumos estratégicos para a manufatura. Ademais, China e União Europeia são importantíssimos parceiros comerciais entre si e grande parte dos bens que compõem esse fluxo transita pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico por meio de navios porta-contêineres (ERICKSON, 2010). Nesse diapasão, ao menos

⁸ Mil barris por dia.

quatro objetivos parecem justificar a permanência das forças tarefas de escolta da marinha chinesa nas proximidades do Golfo de Áden: aprimorar as capacidades de projeção de poder; adquirir experiência operacional em ambientes reais; melhorar a imagem da China na cena internacional; e, claro, proteger os interesses chineses no exterior (HENRY, 2016).

Já no tocante ao esforço chinês em se apresentar ao mundo como uma “potência responsável”, convém notar que menções nesse sentido têm sido recorrentes na retórica oficial do Partido Comunista da China (PCCh). Foi ainda em 1999, ano em que a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia global (em Paridade do Poder de Compra), que o então primeiro-ministro Zhu Rongji cunhou pela primeira vez o lema “país responsável” (PANG, 2005). A partir de então, a narrativa da “responsabilidade” tornou-se oficial.

Na Cúpula do Milênio da ONU, o presidente Jiang Zemin (2000) afirmou que “os grandes países têm uma importante responsabilidade pela manutenção da paz mundial e regional”. Já o Livro Branco “Caminho para o Desenvolvimento Pacífico da China”, de 2005, afirma que, sendo um país ativo “na solução de sérios problemas internacionais e regionais”, a China “assume amplas obrigações internacionais, e desempenha um papel responsável e construtivo” (STATE COUNCIL, 2005). O Livro Branco sobre “Desenvolvimento Pacífico”, lançado seis anos depois, aponta na mesma direção (STATE COUNCIL, 2011).

Similarmente, na mensagem de ano novo em 1 de janeiro de 2018, o presidente Xi Jinping reforçou a retórica de defesa do multilateralismo onusiano e das obrigações da China enquanto uma grande potência responsável, destacando que seu país “permanecerá comprometido no combate às mudanças climáticas, pressionará ativamente pela Iniciativa do Cinturão e Rota e sempre será um construtor da paz mundial, contribuinte do desenvolvimento global e guardião da ordem internacional” (XINHUA, 2018).

Nesse contexto, tanto o envolvimento em operações de peacekeeping como os esforços antipirataria são apontados pelas lideranças em Pequim como exemplos da provisão de bens públicos por parte da China, uma potência responsável e atenta às normas. Em 2021, a China chegou a organizar em seu território dois exercícios conjuntos orientados especificamente ao treinamento de peacekeepers, uma “demonstração de boa fé e responsabilidade do lado chinês na proteção da paz mundial”, afirmou o General Wei Fenghe (2021), conselheiro de Estado e ministro da Defesa Nacional. O general ainda asseverou que os militares chineses “desempenharam um papel positivo em ajudar os países a melhorar as capacidades de suas unidades de manutenção da paz” (ibid.).

Numa veia análoga, autoridades chinesas alegam que a participação em operações antipirataria vai ao encontro das obrigações internacionais do país. De fato, a China anunciou sua intenção de implantar uma força antipirataria na costa africana poucos dias depois de o Conselho de Segurança da ONU aprovar a Resolução 1851, de dezembro de 2008, que encorajou os Estados membros a assumir um papel mais ativo na luta contra os piratas somalis (LIN-GREENBERG, 2010)⁹.

A atuação de militares do EPL também tem sido frequente em desastres internacionais, como o terremoto do Haiti em 2010, o tufão filipino Haiyan em 2013, o colapso da barragem do Laos em 2018 e a epidemia de Ebola na África Ocidental. Ainda tem ganhado força na retórica diplomática chinesa a atuação do seu navio hospital “Arca da Paz” (Peace Ark), em ação desde 2008, que já realizou dezenas de missões humanitárias, beneficiando mais de 230 mil pessoas, além de participar de exercícios conjuntos, como aquele realizado na Orla do Pacífico (Rim of the Pacific, RIMPAC) – organizado pelos Estados Unidos, trata-se do maior exercício naval do mundo (HU, 2019). Finalmente, é relevante ressaltar a crescente interlocução diplomática entre os chineses e as organizações africanas com vistas à ampliação da cooperação em temas de segurança e defesa. No limite, pode-se dizer que o engajamento das partes nesses assuntos é relativamente antigo, remontando ao suporte da China aos movimentos independentistas na África.

Em 1955, quando era realizada a Conferência de Bandung, a China recebia combatentes africanos na Academia Militar de Nanjing e em outras escolas. Em 1958, o EPL treinou mais de 3 mil combatentes, recebeu mais de 400 delegações africanas em busca de armamento e colocou centenas de instrutores militares no continente. Entre 1958 e 1961, a China participou das Conferências Pan-Africanas (All-Africa Peoples Congress) em Gana, na Tunísia e no Egito, precursoras da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963. Quando a Organização estabeleceu, na Tanzânia, um Comitê de Libertação naquele mesmo ano para coordenar a luta armada, a China era o principal fornecedor de armas e treinamento militar. Essa parceria percorreu três décadas, até a queda do apartheid em 1994 (JOHNSON, 2015; NANTULYA, 2021a).

⁹ O documento contendo o texto completo da Resolução pode ser acessado no seguinte endereço: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/655/01/PDF/N0865501.pdf?OpenElement>.

Uma das principais razões por trás do lançamento formal da União Africana em 2002 foi a incapacidade de sua antecessora, a OUA, em “institucionalizar satisfatoriamente um mecanismo de segurança para resolver os múltiplos problemas de segurança da África e garantir a segurança básica dos cidadãos africanos” (BADMUS, 2015, p. 84). A nova moldura normativa proporcionada pela UA firma o direito de intervenção já no Ato Constitutivo da organização. O artigo 4º estabelece “o direito da União de intervir num Estado-Membro” e “o direito dos Estados-Membros de solicitar a intervenção da União para restabelecer a paz e a segurança”.

Foi sob esse escopo institucional que ocorreu a maior aproximação entre China e União Africana ao longo dos anos 2000, sobretudo devido ao decisivo papel dos diplomatas chineses na solução da crise em Darfur, no Sudão, que levou à aprovação de uma missão de paz híbrida ONU-AU (XINHUA, 2008a; AHMED, 2010). As trocas frequentes realizadas no âmbito do FOCAC também se revelaram fundamentais. Em junho de 2018, ocorreu por duas semanas o primeiro Fórum China-África de Segurança e Defesa, realizado em Pequim – em setembro, a capital chinesa sediou a Cúpula do FOCAC. Questões como *peacekeeping*, ajuda humanitária e missões de escolta estiveram na pauta (ZHENG, 2018).

Pouco tempo depois, em fevereiro de 2019, na Etiópia, ocorreu a implementação da Iniciativa China-África para Paz e Segurança, mais uma expressão multilateral da institucionalização da segurança enquanto temática de interesse para o eixo sino-africano. Na ocasião, a Comissária da União Africana para Assuntos Políticos, Aisha Abdullahi, destacou o envio de US\$ 100 milhões por parte da China para a Força Africana de Prontidão (Stand-by Force) e para o fundo de Resposta Imediata à Crise (ACIRC). Destacando a atuação recente da China, a diplomata ainda levantou outras possibilidades de cooperação no campo da segurança:

Chinese support to the AU’s peace and security agenda has, to date, been focused almost exclusively on military support in the development of the African Standby Force. This has been based on 2 considerations – firstly, China’s deep-seated and longstanding refusal to get involved in internal affairs of other countries, which entails that conflict prevention and issues of governance, etc., are not eligible; and secondly, the priorities and needs of the AU, which identified the ASF as an initiative to be supported. While the AU respects and appreciates China’s position on non-interference, we would like to explore ways in which China can increase its support to conflict mediation effort in the future, making use of the extensive leverage that it brings to the table. The support over the years to the AU’s mediation efforts between Sudan and South Sudan, and in South Sudan itself, and in particular the support given to the African Union High-Level Implementation Panel for Sudan (AUHIP) is a case in point. China played a critical role in bringing the parties to the negotiating table and to sign the peace agreements negotiated. The AU would like to see more support in this vein in other mediation efforts, since the ultimate objective is to reduce the need for the deployment of peace support operations (AFRICAN UNION, 2019, online).

Há, portanto, condicionantes econômicas, político-diplomáticas e mesmo de identidade por trás do crescente engajamento militar da China na África. Essas condicionantes, por sua vez, estão associadas a dinâmicas históricas cuja análise não pode ser ignorada, entre elas: o passado de solidariedade anticolonialista; o aumento dos fluxos de comércio, dos investimentos e da quantidade de empresas chinesas operando na África; a conseqüente migração de muitos chineses para o continente; o esforço da China em se posicionar como uma potência responsável, atenta ao status quo e sem intenções hegemônicas; o aprimoramento da interlocução diplomática chinesa com organizações regionais como a União Africana.

Com efeito, todos os recentes Livros Brancos de defesa chineses indicam uma “postura de segurança globalizada” consistente com o ressurgimento do país enquanto grande potência. Naturalmente, a ampliação dos interesses nacionais a partir da massiva presença econômica mundo afora converte o componente securitário em peça-chave da política externa da RPC.

Em um relatório voltado à avaliação de risco global da Nova Rota da Seda, a Academia Chinesa de Ciências Sociais apontou que 84% dos investimentos da Iniciativa estão em países de risco médio a alto, muitos dos quais localizados na África (DEVONSHIRE-ELLIS, 2020). Some-se a isso o fato de que mais de 10 mil empresas chinesas operam no continente. Desde 2000, um milhão de chineses se estabeleceram permanentemente na África e mais 200 mil para lá viajam a trabalho anualmente (NANTULYA, 2021a).

Ainda mais recentemente, uma nova “camada” foi acrescida à dinâmica militar da China na África: o aumento das companhias privadas de segurança operando no continente. Empresas como a Chinese Overseas Security Group (COSG), Weldon Security e Dewei Security vêm ganhando vantagem sobre as multinacionais que também prestam esses serviços (como a americana Blackwater), pois as

empresas estatais preferem contratar firmas chinesas para lidar com projetos sensíveis. No Quênia, por exemplo, a Dewei tem treinado centenas de guardas locais para auxiliarem na proteção de projetos tocados por empresas como a Sinopec e a China Road and Bridge (GOH; MARTINA; SHEPHERD, 2017).

A bem da verdade, a Iniciativa Cinturão e Rota oferece oportunidades para serviços de segurança não apenas para as companhias chinesas, mas igualmente para as suas concorrentes globais, haja vista a gigantesca extensão do Cinturão Terrestre e da Rota Marítima (ZHAO, 2017). Por questões de espaço e escopo, contudo, este artigo não aprofunda tal temática¹⁰.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, longe de querer soar exaustivo, tencionou investigar os entrelaces entre o robustecimento da presença econômica e a crescente presença militar da China na África, particularmente no entorno do Mar Vermelho, do Chifre da Somália e da costa banhada pelo Oceano Índico. Em especial, esse entorno ganhou muita centralidade estratégica para os objetivos da China no século XXI após o lançamento do projeto da Nova Rota da Seda em 2013. Após trazer um brevíssimo histórico das relações sino-africanas contemporâneas, este artigo apresentou alguns dados de investimento em países selecionados, situados no entorno supracitado, e também discutiu a evolução das preocupações de segurança no eixo sino-africano.

À guisa de conclusão, para além das questões abordadas ao longo das últimas páginas, levantamos outros dois pontos de interesse a permanecerem no radar dos(as) analistas: (i) a trajetória de incremento de uma postura assertiva (e pragmática) nos marcos da política externa chinesa sob Xi Jinping; (ii) a paulatina transformação da África em zona de disputa geopolítica entre a China e a Rússia, de um lado, e as antigas potências coloniais e os Estados Unidos, de outro.

É praticamente consensual a percepção de que a China está no meio de um processo de reforma de sua estratégia de política externa sob a liderança de Xi Jinping. Embora seja verdade que essa nova estratégia não abandone por completo algumas diretrizes previamente estabelecidas, como a retórica da “ascensão pacífica” e o engajamento ativo em arranjos multilaterais, muitos analistas apontam que Pequim se tornou mais assertiva¹¹ e confiante nos assuntos internacionais (ZHANG, 2015; CHANG-LIAO, 2016; POH; LI, 2017).

Foi no rescaldo do incidente na Praça Tiananmen, em 1989, que Deng Xiaoping projetou os pilares de uma estratégia de “baixo perfil”, baseada em “esconder capacidades” e “nunca reivindicar liderança” (BROWN, 2017). Tal abordagem não enfrentou desafios até o início dos anos 2000, quando alguns estudiosos chineses passaram a argumentar que ela já não era mais adequada para a China no século XXI.

Apesar de a abordagem do “baixo perfil” ainda ter apoio tanto em nível doméstico quanto externo, Xi Jinping apresentou formalmente uma nova estratégia de “lutar por conquistas” (fenfayouwei ou, em inglês, Striving for Achievement) no início de seu mandato, sinalizando claramente uma transformação da política externa chinesa. Basicamente, essa marca foi projetada para valorizar a moralidade política (YAN, 2014). Em suma, a diplomacia de Pequim agora adota uma postura mais “assertiva, emocional e muscular”, mostrando “uma animosidade crescente a qualquer possível violação de seu orgulho, interesses e soberania nacionais” (PASSERI, 2020, p. 40). Os recorrentes esforços diplomáticos de mediação de conflitos ao longo do trajeto da Iniciativa Cinturão e Rota são evidências incontestes nessa direção (LEGARDA, 2018).

Como era de se esperar, as potências interessadas na manutenção do status quo reagiram ao acercamento chinês ao continente africano. As propostas de programas globais de infraestrutura no escopo do G7 são apenas uma das tentativas de contenção da China coordenadas pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais (e o Japão), como a Build Back Better World (B3W). Há nos Estados Unidos, contudo, uma flagrante falta de consenso sobre a melhor forma de executar tal contenção. Do rebalanceamento estratégico de Obama (o famoso “pivô”), passando pela guerra comercial de Trump até chegar ao governo Biden, permanece a certeza da necessidade de conter a China. Falta decidir como.

¹⁰ Para outras leituras de interesse, ver Legarda e Nowens (2018) e Nantulya (2021b).

¹¹ Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de “assertividade” e as implicações para a análise da política externa da China, ver Johnston (2013) e Chen e Pu (2014).

Uma estratégia de política externa para a África foi lançada pelo governo Trump no final de 2018. Em discurso na Heritage Foundation, o então assessor de Segurança Nacional, John Bolton, elencou os três principais interesses dos Estados Unidos no continente: incrementar relações comerciais; conter a ameaça terrorista de grupos islâmicos radicais e auxiliar nos conflitos regionais; e garantir que os “dólares dos contribuintes dos EUA” destinados à ajuda externa sejam usados de forma eficiente e eficaz. Para o New York Times, meras platitudes. O objetivo da estratégia era um só: conter a China (LANDER; WONG, 2018). Em 2022, já sob a gestão Biden, o secretário de Estado Anthony Blinken esteve na África e lançou uma nova estratégia, alegando que países do continente são “critical geographic players”. Já o Serviço de Pesquisa do Parlamento Europeu publicou um relatório em 2019 apontando para o crescente papel da China como ator de segurança na África. Eis apenas alguns exemplos de uma lista muito maior.

Trata-se de uma agenda tanto ampla quanto complexa, principalmente por envolver fenômenos que estão se processando no momento em que escrevemos essas linhas. Uma pena não contarmos com a perspicácia das reflexões do professor Marcos Costa Lima para auxiliar na interpretação desse momento das relações internacionais. Suas obras, seu legado como grande intelectual e ser humano, entretanto, nos auxiliam na empreitada.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN UNION (2019). Statement pronounced by the African Union Commissioner for Political affairs on behalf of H.E. Amb. Smail Chergui. **Dialogue on the implementation of China-Africa Peace and Security Initiative**, February 6, Addis Ababa. Disponível em: <<https://www.peaceau.org/uploads/statement-he-cps-to-au-dialogue-040119.pdf>>. Acesso em: 14/09/22
- AHMED, G. K. (2010). **The Chinese Stance on the Darfur Conflict. Occasional Paper No 67**, China in Africa Project. South African Institute of International Affairs.
- ANTÓNIO, N. S.; MA, S. (2015). **China's Special Economic Zone in Africa: Context, Motivations and Progress**. Euro Asia Journal of Management, Issue 44, v. 25, n. 1/2.
- BADMUS, I. A. (2015). **The African Union's Role in Peacekeeping: Building on Lessons Learned from Security Operations**. New York: Palgrave Macmillan.
- BBC (2012). **African Union opens Chinese-funded HQ in Ethiopia**. January 28. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-16770932>>. Acesso em: 14/09/22.
- BENABDALLAH, L.; LARGE, D. (2019). **China and African Security**. In: ALDEN, C.; LARGE, D. (eds.). *New Directions in Africa-China Studies*. Abingdon: Routledge.
- BROSIG, M. (2019). **The Role of BRICS in Large-Scale Armed Conflict: Building a Multipolar World Order**. London: Palgrave Macmillan.
- BROWN, K. (2017). **China's World: What Does China Want?** London: I.B. Tauris.
- BYMAN, D. L.; CLIFF, R. (1999). **China's Arms Sales: Motivations and Implications**. Santa Monica, CA; Washington, DC: RAND.
- CFR (Council on Foreign Relations) (2018). **China's Strategy in Djibouti: Mixing Commercial and Military Interests**. April 13. Disponível em: <<https://www.cfr.org/blog/chinasstrategy-djibouti-mixing-commercial-and-military-interests>>. Acesso em: 14/09/22.
- CHINA Global Investment Tracker (2022). **American Enterprise Institute**. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 20/08/22.
- CHANG-LIAO, N. (2016). **China's New Foreign Policy under Xi Jinping**. Asian Security, v. 12, n. 2.
- CHEN, D.; PU, X. (2014). **Correspondence: Debating China's Assertiveness**. International Security, v. 38, n. 3.
- DEVONSHIRE-ELLIS, C. (2020). **84% Of China's BRI Investments Are In Medium-High Risk Countries**. Silk Road Briefing, July 02. Disponível em: <<https://www.silkroadbriefing.com/news/2020/07/02/84-chinas-bri-investments-medium-high-risk-countries/>>. Acesso em: 14/09/22
- EISENMAN, J.; KURLANTZICK, J. (2006). **China's Africa Strategy**. Current History, May.
- ERICKSON, A. S. (2010). **Chinese Sea Power in Action: The Counterpiracy Mission in the Gulf of Aden and Beyond**. In: KAMPHAUSEN, R.; LAI, D.; SCOBELL, A. *The PLA at Home and Abroad: Assessing the Operational Capabilities of China's Military*. Pennsylvania: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.

- EXPRESS (2009). **Somali pirates release Chinese boat**. February 8. Disponível em: <www.express.co.uk/news/world/83947/Somali-pirates-release-Chinese-boat>. Acesso em: 14/09/22
- FONTDEGLÒRIA, X. (2017). **China inaugura primeira base militar no exterior**. El País, 02 de agosto. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492_007630.html>. Acesso em: 14/09/22
- GOH, B.; M., M.; S., C. (2017). **Local, global security firms in race along China's 'Silk Road'**. Reuters, April 23. Disponível em: <www.reuters.com/article/us-china-silkroad-security-analysis-idUSKBN17P10Y>. Acesso em: 14/09/22
- HENRY, J. (2016). **China's Military Deployments in the Gulf of Aden: Anti-Piracy and Beyond**. *Asie.Visions*, No. 89, Institut français de relation internationales (Ifri), November
- HILLE, K. (2013). **China commits combat troops to Mali**. Financial Times, June 27. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/e46f3e42-defe-11e2-881f-00144feab7de>>. Acesso em: 07/04/22.
- HU, Y. (2019). Graphics: **China's role in world's peacekeeping cause**. CGTN, August 13. Disponível em: <news.cgtn.com/news/3d3d414d7863544f34457a6333566d54/index.html>. Acesso em: 14/09/22
- ICG (International Crisis Group) (2017). **China's Foreign Policy Experiment in South Sudan**. Report N° 288, Africa.
- IEA (International Energy Agency) (2014). **Update on Overseas Investments by China's National Oil Companies: Achievements and Challenges since 2011**. Report by Julie Jiang and Chen Ding. Paris: OECD/IEA.
- JIANG, Z. (2000). **Statement by President Jiang Zemin of the People's Republic of China at the Millenium Summit of the United Nations 6 September 2000**. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/t24962.shtml>. Acesso em: 14/09/22
- JOHNSON, P. (2015). **China-Africa and China-Zimbabwe: Past, Present and Future**. Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), November 24. Disponível em: <www.sardc.net/en/southern-african-news-features/china-africa-and-china-zimbabwe-past-present-and-future/>. Acesso em: 14/09/22
- JOHNSTON, A. I. (2013). **How New and Assertive Is China's New Assertiveness?** *International Security*, v. 37, n. 4.
- LANDER, M.; WONG, E. (2018). **Bolton Outlines a Strategy for Africa That's Really About Countering China**. The New York Times, December 13. Disponível em: <www.nytimes.com/2018/12/13/us/politics/john-bolton-africa-china.html>. Acesso em: 26/04/22.
- LEGARDA, H. (2018). **China as a conflict mediator: Maintaining stability along the Belt and Road**. MERICS, August 22.
- LEGARDA, H. ; NOUWENS, M. (2018). **Guardians of the Belt and Road: The internationalization of China's private security companies**. MERICS, August 16.
- LI, A. (2007). **China and Africa: policy and challenges**. *China Security*, v. 3, n. 3.
- LI, X. (2008). **Beijing ready to combat pirates**. China Daily, November 20. Disponível em: <www.chinadaily.com.cn/china/2008-11/20/content_7223359.htm>. Acesso em: 14/09/22.
- LIN-GREENBERG, E. (2009). **Blue-Helmeted Dragons: Explaining China's Participation in United Nations Peace Operations**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos.
- _____. (2010). **Dragon Boats: Assessing China's Anti-Piracy Operations in the Gulf of Aden**. *Defense & Security Analysis*, v. 26, n. 2.
- MFA (Ministry of Foreign Affairs, People's Republic of China) (2019). **Xi Jinping Meets with Prime Minister Abiy Ahmed Ali of Ethiopia**. April 24. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/ceom//eng/zgyw/t1658169.htm>>. Acesso em: 14/09/22.
- MERWE, J. v. d. (2019). **The One Belt One Road Initiative: Reintegrating Africa and the Middle East into China's System of Accumulation**. In: XING, Li (ed.). *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative*. Cham: Palgrave Macmillan.
- MONTENEGRO, R. H. (2021). **China in UN Peacekeeping Operations: A 30-Year Assessment (1990-2019)**. *Contexto Internacional*, v. 43, n. 2.
- NANTULYA, P. (2021a). **China's Blended Approach to Security in Africa**. ISPI (Italian Institute for International Political Studies), July 29. Disponível em: <<https://www.ispionline.it/en/publicazione/chinas-blended-approach-security-africa-31216>>. Acesso em: 14/09/22
- _____. (2021b). **Chinese Security Firms Spread along the African Belt and Road**. Africa Center for Strategic Studies, June 15.
- PANG, Z. (2005). **China's Changing Attitude to UN Peacekeeping**. *International Peacekeeping*, v. 12, n. 1.
- PASSERI, Andrea (2020). **Towards the 'Great Rejuvenation': State Nationalism, Shifting Identities, and Foreign Policy Choices in Contemporary China**. In: BIANCHINI, S.; FIORI, A. (eds.). *Rekindling the Strong State in Russia and China*. Leiden: Brill.
- PATEY, L. (2014). **The New Kings of Crude: China, India, and the Global Struggle for Oil in Sudan and South Sudan**. London: C.

Hurst & Co.

POH, A.; LI, M. (2017). **A China in Transition: The Rhetoric and Substance of Chinese Foreign Policy under Xi Jinping**. Asian Security, v. 13, n. 2.

QIN, S. (2019) Policy Coordination. In: FANG, C.; NOLAN, P. (eds.). **Belt and Road Routledge Handbook**. New York: Routledge.

ROBLIN, S. (2021). **Ethiopia's Civil War in Tigray Saw the Use of Chinese and Iranian Weapons**. The National Interest, November 1.

RTP Notícias (2020). **China antecipa início da construção de sede do África CDC - Presidente**. 17 de junho. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-antecipa-inicio-da-construcao-de-sede-do-africa-cdc-presidente_n1237852>. Acesso em: 14/09/22

SAIS-CARI. Data: **Chinese investment in Africa**. China Africa Research Initiative (CARI), Johns Hopkins University, Washington/DC, s.d.. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/chinese-investment-in-africa>. Acesso em: 29/04/22

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) (2022). **Trends in International Arms Transfers, 2021**. Report by Pieter D. Wezeman, Alexandra Kuimova and Siemon T. Wezeman. SIPRI Fact Sheet, March. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-03/fs_2203_at_2021.pdf>. Acesso em: 14/09/22.

_____. (2018). **Trends in World Military Expenditure, 2017**. Report by Nan Tian, Aude Fleurant, Alexandra Kuimova, Pieter D. Wezeman and Siemon T. Wezeman. SIPRI Fact Sheet, May. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/2018-04/sipri_fs_1805_milex_2017.pdf>. Acesso em: 14/09/22

STATE COUNCIL (People's Republic of China) (2020). **China's Armed Forces: 30 Years of UN Peacekeeping Operations**. Beijing, September 18. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/202009/18/content_WS5f6449a8c6d0f7257693c323.html>. Acesso em: 14/09/22

_____. (2011). **China's Peaceful Development**. Beijing, March 31. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/2014/09/09/content_281474986284646.htm>. Acesso em: 14/09/22

_____. (2005). **China' Peaceful Development Road**. Beijing, Dec 22. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-12/22/content_505678.htm>. Acesso em: 14/09/22

UNMISS (United Nations Mission in South Sudan) (2015). **Chinese Infantry Battalion Inaugurates Headquarters Camp at UNMISS**. May 28. Disponível em: <<https://unmiss.unmissions.org/chinese-infantry-battalion-inaugurates-headquarters-camp-unmiss>>. Acesso em: 07/04/22

URIO, P. (2019). **China 1949-2019: From Poverty to World Power**. Singapore: Springer.

USCC (U.S.-China Economic and Security Review Commission) (2012). **China's First Deployment of Combat Forces to a UN Peacekeeping Mission** — South Sudan. Staff memo by Daniel M. Hartnett, March 13.

WEI, F. (2021) **Speech at the 4th UN Peacekeeping Ministerial**. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/china.pdf>>. Acesso em: 14/09/22

XINHUA (2018). **Commentary: Xi demonstrates China's role as responsible country in New Year address**. January 01. Disponível em: <www.xinhuanet.com/english/2018-01/01/c_136865307.htm>. Acesso em: 14/09/22

_____. (2008a). **China makes 'unremitting efforts' to resolve crisis in Darfur**. February 16. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2008-02/16/content_6460400.htm>. Acesso em: 07/04/22

_____. (2008b). **Chinese ship rescued in Gulf of Aden, pirates retreat**. December 17. Disponível em: <www.chinadaily.com.cn/china/2008-12/17/content_7315328.htm>. Acesso em: 14/09/22

YAN, X. (2014). **From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement**. The Chinese Journal of International Politics, v. 7, n. 2.

YE, M. (2020). **The Belt Road and Beyond. State-Mobilized Globalization in China: 1998-2018**. Cambridge: Cambridge University Press.

ZHAO, H. (2017). **Chinese and global security firms see big opportunities in Belt and Road Initiative**. CGTN, April 24. Disponível em: <news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share_p.html>. Acesso em: 14/09/22

ZHANG, J. (2015). **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?** Global Change, Peace & Security, v. 27, n. 1.

ZHENG, Y. (2018). **First China-Africa Defense & Security Forum concludes**. CGTN, July 10. Disponível em: <news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share_p.html>. Acesso em: 14/09/22